

GOVERNO DE MINAS NEGA POSSIBILIDADE DE REFORMA NA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES



Mesmo diante de uma previsão de déficit previdenciário de R\$ 13,6 bilhões neste ano, o governo de Minas Gerais não admite discutir uma reforma no sistema estadual – pelo menos no curto prazo. São 537 mil servidores, entre ativos, aposentados e pensionistas civis e militares.

Na terça-feira, o governo federal retirou servidores municipais e estaduais do pacote de alterações nas regras previdenciárias que tramita no Congresso Nacional – e deixou a atribuição para cada estado.

Em nota, o Palácio Tiradentes afirmou que qualquer medida a ser proposta será “previamente discutida de forma ampla com todos os servidores”.

Ainda de acordo com a nota, em 2015 foi regulamentada uma previdência complementar pública para os servidores de todos os poderes, Ministério Público e Defensoria Pública. Com essa nova regra, servidores mineiros terão como teto de aposentadoria o mesmo adotado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente R\$ 5.579.

“O que possibilitará ao Executivo Estadual reduzir, no longo prazo, a participação das despesas com previdência”, diz o texto.

O governador Fernando Pimentel (PT) já se manifestou contra a reforma proposta pela União e defendeu que as medidas precisam ser debatidas no Congresso de forma “democrática e transparente”.

“A visão do Governo de Minas Gerais é que os servidores públicos não são a causa de problemas estruturais das finanças públicas, mas parceiros na busca contínua de melhoria da qualidade dos serviços prestados à população”, afirmou.

Foto: Reprodução Jornal EM

<https://jornalpanfletus.com.br.cp3.masterix.inf.br/noticia/287/governo-de-minas-nega-possibilidade-de-reforma-na-previdencia-dos-servidores-em-21/06/2026-06:00>